

Moção

(aprovada por unanimidade na Assembleia Geral de Sócios do dia 21/09/2023)

Por uma educação com futuro.

A luta tem de continuar em defesa da escola pública e da valorização da profissão.

Este é um tempo em que os Professores e Educadores continuam sem respostas do Governo aos seus problemas mais concretos, um tempo onde é imperativo continuar a exigir a necessidade do investimento, que valorize a profissão docente e a Escola Pública, uma das conquistas da Revolução Abril, prestes a comemorar os seus 50 anos.

É por isso, um tempo em que os professores educadores, têm que, pela luta afirmar que este é o seu tempo, é o tempo dos professores, é o tempo, de afirmar os objetivos centrais da luta reivindicativa, nomeadamente: **a recomposição da carreira, o combate à precariedade, a melhoria das condições de trabalho, a aposentação como estratégia de rejuvenescimento da profissão.**

Só assim, é possível, tornar atrativa a carreira docente, e reverter a crescente e estrutural falta de professores.

Por falta de vontade política deste Governo, que intencionalmente, tem assumido uma total indisponibilidade para a resolução destes problemas, os professores e educadores, têm estado impedidos de encontrar soluções para a sua resolução. Consequência de um inaceitável bloqueio negocial, que alterou a sua estratégia, realizando de facto muitas reuniões, mas resultados destas, não são nunca sinónimo de soluções.

O ano letivo de 2022/2023 foi muito marcado pela luta, mas também pela disponibilidade negocial, que foi sempre demonstrada pela FENPROF e pelos Sindicatos que a constituem.

Logo em agosto de 2022, foi entregue ao ME um Protocolo Negocial para esta legislatura, com o objetivo de resolver pela negociação os principais problemas que afetam atualmente as escolas e os seus profissionais. Não obtivemos, até hoje, qualquer resposta, nem nenhuma abertura, para calendarizar o início do processo negocial, como se pedia nesse protocolo.

No entanto, os professores enquadrados pela FENPROF e os seus sindicatos nunca viraram as costas à negociação, e mesmo em condições que sabiam serem difíceis, apresentaram sempre pareceres e contrapropostas devidamente fundamentadas. Foi

entregue ao ME, novamente a 1 de setembro, a proposta de recuperação faseada do tempo de serviço que esteve congelado e ainda não foi contabilizado.

Também, no que diz respeito à luta, sempre recusámos o caminho simples da marcação de ações, com as quais, a maioria dos professores não se identificava, provocando inútil desgaste. A luta pela luta, nunca foi a nossa orientação, entendemos que não é assim, que se conseguem resolver os justos anseios dos professores e educadores.

Apesar de a luta não ter sido em vão, a obstinação do governo e a insuficiência dos resultados atingidos, exigem que esta continue.

Agora, aproxima-se o momento da apresentação da proposta de Orçamento do Estado para 2024, e os professores não vão permitir que este continue a ignorar em absoluto, os seus problemas concretos, continuando a não dar resposta às dificuldades reais, que as escolas vivem, nomeadamente, a falta de recursos humanos e materiais.

Não aceitaremos um Orçamento de Estado, cujo suposto reforço orçamental decorra apenas da operacionalização de projetos financiados por fundos europeus, e que, à semelhança dos anteriores, mostre um profundo desrespeito pelo imenso e intenso trabalho dos docentes.

Não aceitaremos um Orçamento, que mais uma vez, continue a não dar qualquer resposta para a resolução de uma carreira docente, delapidada de parte significativa do seu tempo de serviço efetivamente prestado pelos docentes, e de um perverso sistema de Vagas e Quotas que impede a progressão de milhares de docentes, gerando fortes injustiças, além de acentuar a discriminação por comparação com os docentes que exercem funções nas regiões autónomas.

Mas, a nossa agenda reivindicativa exige ainda o fim do desumano regime de Mobilidade por Doença, o fim do processo de Municipalização da Educação, o regresso da gestão democrática às escolas, a garantia de uma formação inicial de qualidade, o reforço da autoridade profissional dos docentes, como pressuposto para a elevação do prestígio social da profissão, e do respeito pelos direitos sindicais e pelo seu exercício pleno.

Neste ano letivo que agora se inicia, continuaremos a reafirmar a mesma disponibilidade para a negociação, mas também para a luta, porque praticamente tudo está por resolver.

Vejamos:

-O diploma legal (DL 74/2023, de 25 de agosto) que o governo aprovou sem o nosso acordo, independentemente de beneficiar alguns docentes de perdas que vão para além

dos 6 anos, 6 meses e 23 dias ainda não recuperados, relativos ao último período de congelamento (1 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2017), exclui mais docentes do que aqueles que abrange, gera novas assimetrias e não recupera um único dia dos já referidos 6A6M23D, além de não eliminar, nem as vagas, nem as quotas.

-Não foi eliminada definitivamente a precariedade e todo o tipo de discriminação que afeta quem se encontra contratado a termo.

-Continuam por regularizar os horários de trabalho e continuam por melhorar as condições de trabalho em geral.

-Continua por criar um regime específico de aposentação dos docentes.

-A Mobilidade por Doença, que devia proteger, quem dela necessita, assegurando a aplicação, nas escolas, da legislação sobre Segurança e Saúde no Trabalho não o faz.

-Não foi possível reverter o processo em curso da Municipalização da Educação.

- Mantêm-se o modelo antidemocrático de gestão das escolas.

-Fomos arredados da discussão sobre as alterações à formação inicial de docentes que exigimos que seja de qualidade em todas as suas modalidades (inicial, contínua e especializada).

-Ainda não foram também criadas condições para o combate à indisciplina de forma a evitar a violência e o elevar do prestígio social da profissão.

-Não foi totalmente desbloqueado tudo que possa criar dificuldades ao exercício pleno dos direitos sindicais, desde o direito de reunião, ao direito à greve.

Assim:

Os sócios do SPGL, hoje reunidos, consideram que a luta terá de continuar, com a convergência possível, com os outros sindicatos da plataforma sindical, se o Governo/ ME mantiver esta postura de não ausência de reuniões, mas de ausência de soluções adequadas à indispensável valorização da profissão docente e da Escola Pública.

Nesse sentido, assumimos o compromisso de participar nas iniciativas no âmbito da Semana Europeia de Professores que decorre entre 2 e 6 de outubro 2023:

- Conferência de imprensa, em 2 de outubro (segunda-feira), para apresentação da campanha pública, através de outdoors, em defesa da profissão e da Escola Pública;
- Plenário Nacional junto à residência oficial do PM em 3 de outubro (terça-feira);

- **Aprovação de tomadas de posição pelos professores nas escolas e concentrações locais, em especial a 4 de outubro (quarta-feira);**
- **Conferência internacional (online) sobre a profissão docente, assinalando o Dia Mundial do Professor a 5 de outubro (quinta-feira);**
- **Aderir à Greve Nacional de Educadores e Professores que decorrerá no último dia desta semana, ou seja, no dia 6 de outubro de 2023 (sexta-feira).**